

A FEIRA AGROECOLOGICA: UM PROJETO DE COMERCIALIZAÇÃO PARA ASSENTAMENTOS RURAIS – O CASO DO PA¹ DONA HELENA

Di Lorenzo, Ivalda Dantas Nóbrega² - PPGG/UFPB
ivanaldadilorenzo@ig.com.br

Rodrigues, Maria de Fátima Ferreira³ - UFPB
mfatima@openline.com.br

1- INTRODUÇÃO

Este texto toma como referência a Feira Agroecológica, iniciativa dos camponeses de quatro assentamentos rurais e um acampamento da Mata Paraibana que, embora enfrentem a ausência de assistência técnica e incentivos do Estado, conseguem a partir da solidariedade e cooperação, desenvolver esta experiência com êxito. O nosso interesse se detém nos dados do Assentamento Dona Helena, localizado em Cruz do Espírito Santo – PB⁴, experiência pautada na construção de uma sociedade cuja alternativa de desenvolvimento, tem como proposta a melhoria da qualidade de vida e a busca da autonomia como princípios. Esta experiência valoriza também a cooperação, a autogestão, a solidariedade, além das preocupações com o meio ambiente, com as questões de gênero, com a saúde dos cidadãos que os apoiam desenvolvendo ações e assessorias que os fortalecem ou, comprando os produtos comercializados na Feira Agroecológica da Várzea Paraibana.

Os camponeses que participam da Feira se reúnem ordinariamente na última quarta-feira do mês na cidade de Sapé – PB, na Associação da Ecovárzea e, semanalmente, após a realização da Feira. A Ecovárzea é a associação dos agricultores e agricultoras agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea Paraibana, que abrange os assentamentos Dona Helena (Cruz do Espírito Santo) onde está sua sede, Pe. Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista (Sapé), cuja organização tem como base a produção agroecológica e o escoamento de seus produtos, baseada em princípios educativos de cooperação e economia solidária.

A organização da Feira teve em seu projeto inicial um custo de R\$5.700,00 (cinco mil e setecentos reais) valor este financiado pela CÁRITAS DIOCESANA⁵, o qual já foi devidamente quitado pelos camponeses participantes da Feira, mediante a arrecadação do *fundo de feira* equivalente a 5% da venda dos produtos, dos quais, um total de 3% destinava-se ao pagamento do financiamento, e os 2% restantes, tinha como destino o custeio das despesas com a alimentação, as reuniões, a manutenção das barracas da Feira, o transporte da produção⁶, inclusive o auxílio-doença para os

¹ Projeto de Assentamento. É uma terminologia adotada pelo INCRA-PB.

² Mestranda em Geografia – UFPB.

³ Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa em desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PRODEMA – UFPB.

⁴ Este município está inserido na Mesorregião da Mata Paraibana e na Microrregião de Sapé, a 33km da Capital.

⁵ Ligada a Arquidiocese da Paraíba.

⁶ Por não disporem de transporte próprio os produtores da feira apresentam uma preocupação comum, pois almejam conseguí-lo, porém não dispõem de condições financeiras para tal

participantes da Feira. Este repasse tem-se mantido na atualidade o que denota uma certa satisfação sobre a Feira, conforme atesta o Sr. Luís Sena ao afirmar (09/2005):

Cada vez mais a Feira vem melhorando. O apoio que a Universidade tem dado ajudou muito. Viu o lucro que nós conseguimos hoje! Me ajuda a contar o dinheiro! Eu gosto de fazer esse controle. Eles têm confiança. Isso é uma prova que a organização está dando certo. A Feira está cada vez mais crescendo.

Participar da Feira Agroecológica para comercialização do excedente da produção, significa também que os camponeses não vivem, portanto, numa economia fechada. De fato, esta é uma estratégia que segundo Oliveira; Moura (1988:35; 1986:9) faz parte da história do campesinato,

O homem do campo não vive em uma economia fechada. Ele cultiva a terra e a beneficia em função da produção de mercadorias que são levadas ao mercado e comercializadas diretamente com o consumidor (...). 'Habitado igualmente a trocar aquilo que a terra produz, seus contatos sociais podem ocorrer tanto dentro da pequena localidade em que vive, como se estender a habitantes distantes, mais especificamente à população das cidades.

Nesta pesquisa, procuraremos identificar na história do Assentamento se as formas encontradas pelos trabalhadores para sustentar o modelo de produção atual vem contribuindo para o crescimento da unidade política do grupo de trabalhadores e se as técnicas pautadas na agroecologia têm contribuído para melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

2- METODOLOGIA

O período em que decorreu a coleta de informações para a construção deste texto teve início, de fato, no ano de 2002 quando escrevi trabalho de conclusão de graduação se estendendo até o primeiro semestre de 2005 por ocasião da pesquisa de Mestrado. Este artigo fará parte de um capítulo a ser desenvolvido na Dissertação de Mestrado com início em março de 2005. Adotamos como metodologia a pesquisa qualitativa, com aplicação de entrevistas semi-estruturadas, observações empíricas e revisão bibliográfica. Para tanto, procuramos investigar a partir da história do Assentamento, quais as formas encontradas pelos trabalhadores para fortalecer a produção camponesa, tomando como exemplo a Feira Agroecológica. Investigamos, outrossim, em que medida esta iniciativa vem contribuindo para o crescimento da unidade política do grupo participante da mesma. Os pressupostos teórico-metodológicos adotados têm suporte em autores que refletem sobre a realidade do campo brasileiro como Martins, (1986), Oliveira, (1988), Fernandes, (1994) e Moreira, (1997), dentre outros que têm o materialismo histórico dialético como referencial. O nosso objetivo é verificar a contribuição deste Assentamento, suas formas de autogestão e importância das estratégias autônomas adotadas pelos camponeses na luta para permanecerem na terra, a exemplo da Feira Agroecológica.

empreendimento, além de encarecer muito, o que dificulta a obtenção de lucros satisfatórios na organização da Feira.

3- O ASSENTAMENTO DONA HELENA E A FEIRA AGROECOLÓGICA

O Assentamento Dona Helena assim como a Feira Agroecológica guardam afinidades com o processo histórico de ocupação da terra que teve início no Brasil, no período Colonial. Nos referimos a forma de ocupação do espaço agrário brasileiro baseado, inicialmente, sob o sistema Sesmarial, e posteriormente, mediante a posse da terra com a Lei de Terras de 1850, no caso específico do litoral paraibano, a atividade econômica principal, a monocultura da cana-de-açúcar, foi complementada pela pecuária. Os pedidos de Concessão de Sesmarias eram justificados, portanto, com base na proposta de implantação destas atividades para as quais, “*necessitava-se*” de grandes extensões de terras, gerando um alto índice de concentração fundiária, especialmente no nordeste brasileiro, fenômeno este que embora mereça ser relativizado quando se pensa o Brasil em comparação com as regiões Norte e Centro-Oeste, ainda se registra na atualidade.

No espaço compreendido pela Várzea Paraibana, esse processo se deu de forma marcante, onde o cultivo de cana-de-açúcar predominava nas grandes e médias propriedades, graças aos incentivos fiscais concedidos pelo Governo através de Programas como o PROÁLCOOL, para aquisição e modernização de equipamentos e uso de insumos agrícolas de forma indiscriminada. Essa política adotada pelos governos nos anos de 1970 a 1985, acabou por repercutir na qualidade de vida dos camponeses (pequenos proprietários, semi-assalariados, posseiros e parceiros) que, por vezes, foram expropriados de suas terras onde residiam há décadas nas médias e grandes propriedades⁷, visto terem sido atingidos pelo processo de *territorialização do capital*⁸.

É no campo também, que parte dos trabalhadores pratica a “traição” às leis da ordem capitalista: o aumento do número de posseiros entre 1970 e 1985 é testemunho claro dessa realidade. Ocorre nesse espaço da reprodução uma contradição; a luta capitalista pela apropriação privada da terra leva a um aumento do número de posseiros, que também travam a luta desigual pela conquista de um espaço para se reproduzir (OLIVEIRA: 1991:13).

O processo de expulsão a que foram submetidos os trabalhadores, culminou na formação das periferias dos centros urbanos mais próximos, dando origem às *favelas*, *lôcus* da pobreza e marginalidade⁹. A resistência destes trabalhadores se inscreve numa trajetória secular pelo acesso à terra e tem seu histórico em lutas como a de Canudos, a do Contestado, o Ronco das Abelhas, as Ligas Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, dentre outros.

As Ligas Camponesas tem seu registro inicial no Nordeste, desde 1945, com sua primeira representação no Engenho Galiléia-PE, num movimento circunscrito às áreas de cana-de-açúcar. No caso específico da Mata Paraibana, seu registro data de 1961 e configurou-se um movimento de luta

⁷ Cf. MOREIRA & TARGINO, (1997:120b).

⁸ Cf. OLIVEIRA, (1998: 478a). In.: ROSS (1998). A territorialização do capital ocorre quando o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores assalariados da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (“bóias-frias”).

dos trabalhadores contra o *cambão*, ou seja, pela extinção do trabalho gratuito e pelo pagamento do foro da terra em dinheiro (*ib.id.*1996:13-20). Este movimento configurou-se com forte registro de violência no campo¹⁰ passando a ter maior expressividade a partir do engajamento dos movimentos da Igreja da Teologia da Libertação, onde se destacam a CPT através da Cáritas Diocesana¹¹. A partir dos anos de 1980 é que os movimentos sociais de luta pela terra passam a ter maior expressividade, pois sua organização se dá a nível nacional e se destacam movimentos como o MST¹², o MPA, dentre outros.

A expropriação dos trabalhadores pertencentes ao assentamento Dona Helena se deu, via de regra, muitas vezes de forma violenta, das quais, *resistiram* apenas 39 famílias. A estas se somaram 65 famílias advindas de áreas adjacentes ao município, que se somaram ao grupo inicial no intuito de fortalecer a luta durante o conflito que teve seu marco em 1991, se estendendo até 07 de junho de 1996, quando foi imitada a posse das 104 famílias no imóvel.

Sobre o processo de resistência dos trabalhadores na terra, essa é uma característica peculiar a este assentamento, mas não única. Assim como em muitos assentamentos rurais, no PA Dona Helena ocorreram processos de resistência, de abandono das terras por expulsão violenta pelo grande proprietário do latifúndio, mas, principalmente, a entrada dos trabalhadores na terra, como forma de luta contra a opressão do poder público em sua *aparente neutralidade*. Como já foi dito, a conquista da terra neste Assentamento revela contradições e estratégias de resistências que traduzem a longa marcha do campesinato brasileiro pela terra sobre a qual afirma Oliveira (1998:484a); (*ib. id.* 1990:11a).

O campesinato brasileiro é aquele que quer a terra e luta para entrar nela, e não um campesinato que não quer sair da terra. 'O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com freqüência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações'

Para estes camponeses a conquista da terra significa uma mudança qualitativa nos problemas estruturais que marcam a sociedade brasileira, pois segundo Oliveira (2005)¹³:

Fazer uma verdadeira reforma agrária, é retirar uma grande quantidade de famílias da base da pirâmide, que vivem em estado miserável, e transferi-las para um padrão relativo a três salários mínimos, onde se tenha direito a um mínimo de dignidade.

Os camponeses assentados concordam e reforçam este entendimento de Oliveira quando afirmam:

⁹ Cf. MOREIRA & TARGINO, (1997:107b).

¹⁰ Cf. Comissão Pastoral da Terra – CPT, (2002).

¹¹ Organismo da Conferencia Nacional dos Bispos de Brasil – CNBB, fundada em 12 de novembro de 1956, fundada por Dom Hélder Câmara e congrega cerca de 145 entidades em todo o Brasil, cuja sede se encontra no Distrito Federal.

¹² MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

¹³ Fala registrada numa palestra realizada em julho de 2005 na UFPB.

Minha vida mudou muito. As coisas são difíceis, mas é só com trabalho que a gente consegue alguma coisa. E com a conquista da terra a gente vai em frente, entendeu? (Sr. Orlando, camponês do PA Dona Helena).

Ah, se não fosse essa Feira, as coisas estavam mais difíceis ainda. A gente luta com dificuldades, o ganho é pouco, mas a gente vai conseguindo viver. Eu uso o dinheirinho que a gente ganha pras coisa de casa e pra terra. (Dona Lourdes, camponesa do PA Dona Helena)

Nós temos que sonhar aqui. Sair daqui é uma utopia. Nós lutamos muito prá ter o que a gente tem. No passado a gente trabalhava, produzia e o primeiro que chegava a gente vendia. Agora a gente tem alguma coisa, produz e é da gente. De manhã quando eu acordo eu tenho minhas cabritas pra cuidar. Na cidade eu ia ter isso pra fazer? (José Antônio, Presidente da Associação, PA Dona Helena)

A conquista da terra e as condições necessárias à permanência na mesma conferem aos camponeses a mudança da condição de assalariados a autogestores de seus pequenos lotes, reforça também a relação com toda a área do assentamento, por se tratar de uma comunidade onde está em curso a construção de laços de solidariedade e cooperativismo. É centrada nestes laços que a CPT, enquanto mediadora nos movimentos sociais, incorpora a concepção conservacionista do meio e sugere a sua aplicação no PA Dona Helena, onde os camponeses que participam da Feira Agroecológica produzem organicamente para o autoconsumo, e dispõem o excedente da produção para a comercialização. Quanto às preocupações dos camponeses com as práticas de uso e manejo dos recursos naturais podemos destacar depoimentos que corroboram com esta compreensão:

A gente precisa cuidar da natureza porque ela é quem dá tudo a gente. Se a gente não cuidar, não vai sobrar nada nem ninguém prá contar a história e continuar o que nós estamos fazendo. Não pode usar o “veneno”, senão vai destruir a terra, e contamina os produtos. E depois, quem vai confiar na gente? (Seu Orlando, PA Dona Helena).

Quem quer aprende e cuida. Nós temos que cuidar de nossa saúde e tem que ter a confiança dos outros. Tenho que cuidar direito porque tem meus filhos que vão continuar na luta. Eles têm que aprender também. (Sueli, PA Dona Helena).

Usando palavras simples e ao mesmo tempo fazendo uma reflexão sobre a proposta de agricultura orgânica o coordenador geral da Feira Luis Sena afirma:

Começamos com o trabalho orgânico, mas estamos numa ótica agroecológica. Sabemos que demora para se obter um produto puro, orgânico, mas há uma mudança no pensamento. A família está se envolvendo na produção. Foi a partir da realização da Feira que se observou que se faz necessária a organização coletiva, pois é esta que confere a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores, e que estes só se integram ao processo de comercialização mediante a organização; pois do contrário, não conseguiriam produzir e comercializar exitosamente, isolados.

O termo *feira* indica popularmente o lugar público onde se comercializam produtos. Os organizadores da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana a definiram como sendo “*um espaço de comercialização coletiva de produtos orgânicos, realizada pelos próprios produtores, enquanto espaço educativo de integração cooperativista entre agricultores e consumidores*” (REGIMENTO

INTERNO, 2001:2). A Feira é organizada pela Cáritas Arquidiocesana da Paraíba e pela CPT. Os produtos orgânicos comercializados são divididos em oito grupos produtivos: a avicultura, a caprinocultura, a horticultura, as raízes e frutas, as plantas medicinais, a bovinocultura, o artesanato e as comidas típicas, que são produzidos pelos trabalhadores nas áreas ante mencionadas, e estão sendo comercializados há cerca de oito anos, tendo sido iniciado na cidade de Alhandra-PB, numa Cooperativa por eles formada, a qual se encontra desativada devido à falta de organização e, principalmente, produção insuficiente.

Atualmente, a Feira vem sendo realizada nos bairros do Bessa e no estacionamento da UFPB em João Pessoa, às sextas-feiras, desde 18 de novembro de 2001. Em entrevista realizada o senhor Luís Sena, (2005), nos informa:

A proposta inicial de criação da Feira pautava-se na necessidade de criar-se uma central de comercialização destinada à venda de produtos da Reforma Agrária, e que após algumas experiências em outras feiras como a de Abreu e Lima em Pernambuco, decidiu-se por desenvolver o cultivo orgânico dos produtos a serem comercializados. Inicialmente a feira contava com a participação de apenas 12 produtores, e atualmente participam 30 produtores diretos e 20 produtores indiretos¹⁴, sendo 11 famílias do PA Dona Helena com 6 participantes diretos e 5 indiretos. Há atualmente 20 propostas de produtores para participar da feira, mas estão em processos de análise, pois se necessita que sejam solidárias¹⁵. Gostaríamos que os trabalhadores se interessassem mais em participar da feira, mas ainda há um caminho longo a seguir. Muitos ainda preferem continuar assalariado, pois não acredita que seja possível produzir, acredita que agricultura não alimenta ninguém. Muitos trabalhadores ainda não mudaram a maneira de pensar e continuam com o mesmo pensamento de que tem que ter a presença do patrão. Precisamos conscientizá-los da necessidade de trabalhar, produzir para o consumo, para a comercialização, e que não exista a competição nem o trabalho assalariado. Não há desistências de participantes da Feira, embora alguns demonstrem preocupações constantes em virtude dos problemas que enfrentam no processo produtivo.

¹⁴ Produtores diretos é terminologia adotada pelos participantes da Feira que comercializam e que mantêm contato direto com o consumidor. Os produtores indiretos são assim denominados por não participarem deste processo ativamente no contato com o consumidor.

¹⁵ O ingresso de novos participantes na feira está vinculado a realização de visitas a parcela do assentado, verificação mediante parecer técnico se o produto é plantado conforme as normas (sem uso de insumos).



FIGURA 01 - Feira Agroecológica realizada no pátio da UFPB, Campus I, barraca de produtos naturais – medicina alternativa
Foto: Ivanalda Di Lorenzo / 2005

A reduzida participação dos camponeses na Feira, segundo pesquisa realizada, se dá, entre outros motivos, em função da pouca produção do excedente; das dificuldades dos camponeses para se manterem na terra; dos endividamentos obtidos para custeio da produção; o processo de empobrecimento de algumas famílias em relação ao período anterior à desapropriação; fatores como a localização da parcela em terrenos de solos impróprios ao cultivo; distância da parcela em relação ao mercado local; deficiência da assistência técnica no acompanhamento aos trabalhadores; ausência de projetos de irrigação, dentre outros.

Nos depoimentos dos camponeses que participam da Feira, estão registradas algumas dificuldades que se demarcam desde o processo produtivo até a comercialização. Mencionam, sobretudo, os problemas advindos da falta de planejamento da produção; da ausência de projetos de irrigação; e embora afirmem que a produção é suficiente para o abastecimento da feira, verifica-se a insuficiência na variedade dos produtos.

Às vezes o cliente chega prá comprar e não leva nada, pois só encontra um produto que ele quer. Então ele não leva. Acha melhor comprar nos mercados porque lá ele encontra tudo que ele quer, mesmo que seja com agrotóxico. (Dona Quinha, trabalhadora do PA Dona Helena).

Participar é difícil, pois, é muita despesa; e mesmo mandando o produto pelos amigos que vão prá Feira, não fica quase nenhum lucro. O produto vendido fica de meia. Eu já participei mandando produto, mas não estou mais. E tem as dificuldades com a água que é meio 'amaldiçoada'... num ano falta, no outro sobra demais. O problema do transporte é um pensamento coletivo. Dava prá comunidade se juntar e comprar o caminhão. Tem tanto empréstimo aí!. (Sr Antônio, PA Dona Helena).

Tem uma coisa que me deixa muito triste e envergonhada. É ver trabalhador rural de assentamento usando agrotóxico direto, porque sabe

que não é punido. Gente! Vamos trabalhar para mudar essa situação! Se eu botar agrotóxico cá em cima, eu vou atingir quem tá lá embaixo. Vamos conservar o terreno, os rios... Vamos pensar junto porque senão a gente nunca vai ter confiança do consumidor¹⁶. (Célia, membro da associação PA Dona Helena).

A Comissão Pastoral da Terra através dos técnicos e das capacitações que oferece aos camponeses os orienta para que sejam autovigilantes e solidários, a fim de que não se tomem atravessadores da produção de outros trabalhadores que não dispõem de condições para participar da Feira; incentiva também a produção para o autoconsumo, para a comercialização do excedente na Feira, visando o fortalecimento das relações de cooperação e solidariedade.

A gente sempre procura chamar a atenção deles pra evitar que produzam sempre as mesmas culturas, pra que eles façam uma variedade de cultivos “orgânicos”, pois tanto evita a incidência de pragas, como também eles vão ter variedade em suas casas e para os consumidores. (Sr. Luís Sena, Técnico Agrícola da CPT)

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em entrevistas realizadas em junho de 2005 a consumidores escolhidos aleatoriamente, do público alvo da Feira, 87% dos quais participantes assíduos da Feira verificou-se que cerca de 70% são predominantemente vinculados à Instituição UFPB onde é realizada a Feira, destacando-se dentre estes a presença de professores, funcionários e alunos, sendo os demais, membros da comunidade adjacente. A grande maioria entrevistada demonstrou ter com os produtores, relações de proximidade, confiabilidade e amizade, e embora alguns desconheçam a forma de trabalharem numa perspectiva agroecológica dizem confiar nos produtos, reconhecer e achar justa a sua luta:

“Você acha que a gente tinha um produto assim, uma alface miúda dessa, usando o agrotóxico? A gente precisa dar crédito a eles, ao trabalho deles, não é?” (Sr. José Maria, funcionário da UFPB, consumidor).

“Você trouxe a encomenda que lhe pedi? Trouxe. Eu estava esperando a senhora chegar. Pensei que não vinha mais! _É, amigo é assim mesmo!” (diálogo entre uma consumidora e um assentado do PA Dona Helena).

“Eu sempre venho aqui. Ele engorda peru e galinha de capoeira pra mim. Sempre venho pegar também a buchada que ele faz porque é limpa. (consumidora).”

Entre os consumidores há um consenso de que ainda é pouco expressiva a divulgação deste tipo de trabalho, e que os produtores precisam do apoio da sociedade.

A Feira tem proporcionado aos camponeses uma mudança de vida qualitativa, pois confere uma maior renda para suas famílias, contribui para uma maior organização do grupo de trabalhadores, assim como, reforça a

¹⁶ Súplica de uma assentada durante uma reunião ordinária em junho/2005, no assentamento Dona Helena quando alertava para os perigos do uso de agrotóxico, preocupada com a saúde do trabalhador e do consumidor.

tradição camponesa de cuidar da terra como “terra de trabalho” o que pressupõe cuidados com o meio ambiente.

A Feira se traduz num indicativo de que este país necessita de uma reforma agrária urgente, justa e verdadeira, que valorize experiências como esta que contraditoriamente se desenvolvem dentro do modo de produção capitalista, uma vez que o camponês é dono de sua própria produção. Segundo Oliveira (1990:12b):

(...) na pequena agricultura familiar ocorre uma espécie de acumulação primitiva permanente no capital necessária ao seu desenvolvimento, distinta do modo de produção capitalista, onde ocorre a reprodução ampliada do capital com relações especificamente capitalistas.

Há em sua proposta elementos como a autogestão, a socialização do saber, as relações de gênero e de gerações, os cuidados com o meio ambiente e com a saúde do trabalhador e do consumidor. A autogestão é compreendida a partir da autonomia na produção, porém contando com a participação dos trabalhadores na etapa do processo produtivo. O aumento da renda que confere melhoria na qualidade de vida das famílias. A socialização do saber é posta em prática a partir do intercâmbio realizado para verificar experiências semelhantes pelos trabalhadores em outras comunidades. As relações de gênero e de gerações se verificam a participação mais expressiva da mulher junto às atividades e nas decisões do grupo, assim como a crescente participação dos jovens neste processo. As relações com meio o ambiente buscam reconstruir um novo modelo voltado para a conservação dos recursos naturais, tendo em vista, inclusive, os cuidados com a saúde humana.

Observamos atitudes existenciais, que embora pontuais, elas assinalam para um crescimento na conscientização do grupo de trabalhadores a exemplos da preocupação em reaproveitar o lixo orgânico utilizando-o diretamente sobre a área cultivável; as tentativas de reflorestamento, especialmente, com o plantio de árvores de uso medicinal, realizadas pelos Grupos de Mulheres, de crianças, e de jovens através do Centro Rural de Formação – CRF, e o cultivo orgânico, dentre outras.

A pesquisa realizada nos mostrou que a Feira Agroecológica da Várzea Paraibana é uma proposta inusitada para as unidades de assentamentos rurais, tendo em vista a estrita orientação e processo educativo, inerente à condição humana, mediatizados pelos movimentos sociais, voltados para uma perspectiva solidária, o que contribui para que não haja risco de perda da identidade coletiva do grupo mediante a comercialização. Ademais, tem demonstrado sua viabilidade, pois embora os camponeses enfrentem inúmeras dificuldades desde o processo produtivo até a comercialização, é na Feira onde os mesmos obtêm resultados satisfatórios.

Embora a pesquisa se encontre em fase inicial, podemos inferir que desta forma, o resultado da organização coletiva da Feira se opõe à lógica capitalista da especulação, promovendo a elevação da auto-estima e da qualidade de vida do trabalhador enquanto cidadão. Embora enfrentem dificuldades tendo em vista, até mesmo pelo padrão de desigualdades sociais existentes no seio do próprio assentamento, é por uma questão de querer continuar no grupo que muitos trabalhadores não desistem de comercializar, pois reconhecem a grande luta pela terra e da necessidade de

permanecerem organizados. Quanto a pouca participação dos assentados na Feira, precisa ser melhor averiguado, necessitando, portanto, continuidade na realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Nordeste: Alternativas da Agricultura**. SP: Papius, 1988.
- CÁRITAS. **Plano de Desenvolvimento da Comunidade**. João Pessoa: 2001; 2002.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. RJ: Vozes, 1986.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.
- _____. Emília de Rodat Fernandes. **Por um Pedaco de chão**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.
- _____. **O espaço paraibano enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: [s.n.], 2005. Trabalho inédito.
- _____. **O espaço enquanto produto do trabalho – uma contribuição ao ensino de Geografia**. Cadernos do LOGEPA, texto didático. João Pessoa: [s.n.], 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3ª ed, São Paulo: Ática, 1988 - 1990.
- _____. **Agricultura Brasileira: transformações recentes**. In.: ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo, Edusp: 1998.
- _____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. S.Paulo: Contexto:1991.
- REGIMENTO INTERNO da **Feira Agroecológica da Várzea Paraibana**. 2001.
- RODRIGUES, M. de Fátima Ferreira. **Projeto de Pesquisa para o Mestrado na USP**. Ceará, mimeografado, 1991.
- _____. **Assentados Rurais: estratégias autônomas de desenvolvimento e políticas públicas**. Artigo publicado no Encontro Nacional de Geografia. Goiânia: 2005.
- SOUZA, Francisco de Assis Lemos. **Nordeste: O Vietnã que não houve – Ligas Camponesas e o Golpe de 64**. Londrina: Ed. UEL/Ed. UFPB, 1996.